

“RESILIÊNCIA” COMO SILENCIAMENTO DA “RESISTÊNCIA” NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Geise do Socorro Lima Gomes. Faculdade de Pedagogia. Universidade Federal do Pará.

Castanhal-Pa. Brasil. E-mail: geise@ufpa.br

Ivana de Oliveira Gomes e Silva. Faculdade de Pedagogia. Universidade Federal do Pará.

Castanhal-Pa. Brasil. E-mail: ivanaogs@ufpa.br

RESUMO

Tomando como referência as noções acerca de “performatividade” analisadas por Stephen Ball e Jean-François Lyotard, o presente texto teve como objetivo realizar uma análise, ainda que breve, acerca da produção narrativa sustentada nos documentos curriculares da Formação em Pedagogia, colocados em evidência na atual gestão presidencial do Brasil. Partimos da hipótese analítica de que esses documentos, embebidos pela ótica neoliberal, atualizam a captura dos corpos individuais e coletivos por meio de discursos médicos-psicológicos, aprisionando modos de ser professor. Utilizou-se como dispositivo disparador de análise a ideia de “resiliência” presente na Base Nacional Comum para a Formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação) anexa à Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Essa noção tem feito circular nos meios midiáticos como cursos *on line* para formação de profissionais que trabalham na área da educação a ideia de que o professor para “ensinar habilidades” para “viver bem”, precisa se conhecer para ser um professor melhor, consequentemente: precisa ativar suas “competências emocionais” a fim de que consiga ser resolutivo diante das dificuldades encontradas no cotidiano educacional. Conclui-se que a “resiliência” opera como um mecanismo dentro da política de performatividade elaborada como estratégia de governamentalidade no biopoder que rege os documentos formativos, operando como dispositivo que silencia a resistência.

Palavras-chave: Reformas Educacionais. Base Comum Curricular. Formação de Professores.

Introdução

A “performatividade” nunca esteve tão em “alta” como está em nossa atualidade. Partindo das grandes corporações econômicas/empresariais, adentra os espaços da vida, inserindo-se nos ambientes familiares, nas igrejas, nos partidos, nos movimentos, nas escolas.

A linha tênue que permite que a normalidade seja flexível, possui pontos de captura da vida que não se conforma a modos de existência da “média”, levando os sujeitos a uma busca frenética pela “excelência”.

Tomando como referência as noções acerca da “performatividade” analisadas por Stephen Ball e Jean-François Lyotard, o presente texto tem como objetivo realizar uma análise, ainda que breve, acerca da produção narrativa sustentada nos documentos curriculares da Formação em Pedagogia, colocados em evidência na atual gestão presidencial do Brasil. Partimos da hipótese analítica de que esses documentos, embebidos pela ótica neoliberal, atualizam a captura dos corpos individuais e coletivos por meio de discursos médicos-psicológicos, aprisionando modos de ser professor.

Usaremos como dispositivo disparador de análise a ideia de “resiliência” presente na Base Nacional Comum para a Formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação) anexa à Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que tem feito circular nos meios midiáticos como cursos *on line* para formação de profissionais que trabalham na área da educação a ideia de que o professor para “ensinar habilidades” para “viver bem”, precisa se conhecer para ser um professor melhor, consequentemente: precisa ativar suas “competências emocionais” a fim de que consiga ser resolutivo diante das dificuldades encontradas no cotidiano educacional.

Para Stephen Ball (2004) a noção de performatividade demarca novas possibilidades éticas, papéis e relações de trabalho dentro da lógica de uma nova economia moral forjada nas relações econômicas ligadas ao capital e que tem provocado seus impactos na educação por meio das reformas realizadas pelo Estado. Essa performatividade cria uma cultura da competitividade a partir da seleção de determinados “alvos” e do direcionamento de “novos perfis” institucionais.

Alinhado a esse pensamento Lyotard (2008) vai afirmar que a performatividade pode ser entendida como uma subjetividade “autônoma”, “funcional” e “instrumental”, condição essencial da modernidade, realizando o “controle de contextos”.

As escolas, a partir das reformas educacionais incentivadas e orientadas pelas organizações multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE têm sido foco de diversos investimentos performativos alinhando a estes os modos organizativos da instituição e também de desempenho. Que as escolas privadas, já se subordinam a essa perspectiva não é novidade, o que nos preocupa é que esse acontecimento tem sido endossado cada vez mais na realidade das instituições públicas, a fim de atender as demandas e expectativas dos setores

econômicos que insistem em transformar a educação em um mero setor a produzir sujeitos “úteis” e “dóceis”.

Nesse sentido, buscaremos analisar de que modo os discursos acerca da “resiliência” voltada para a formação dos professores tem operado como estratégia política, dentro do regime de governamentalidade neoliberal na nossa contemporaneidade, na tentativa de silenciar as resistências, atuando via produção curricular, ensejando, para tanto, processos de produção das subjetividades performativas competentes, eficientes e médico-psicologizadas.

A produção curricular e as performatividades neoliberais

As reformas neoliberais incentivadas por credores internacionais¹ tomam como respaldo para sua implementação as crises enfrentadas pelos países, sobretudo os periféricos e por meio dos acordos realizados com seus pares políticos, estabelecem uma série de medidas a serem tomadas pelo país signatário. As instituições de ensino, não só pela vertente da privatização, bem como pelas políticas sociais educacionais, possuem papel privilegiado no bojo das reformas. A elas é designado o papel de aumentar a competitividade econômica que se realizará por meio do desenvolvimento de habilidades e competências específicas que correspondam aos perfis desejados pela “alta modernidade” empresarial. É a partir desse pensamento que afirma Stephen Ball (2004, p.1112) “As instituições do setor público estão sendo “repensadas” como oportunidades de lucros”, pois os benefícios lucrativos se darão tanto na produção curricular, definindo o quê e como ensinar, como quem administrará e de que modo as instituições.

Muitos dos maiores atores na Indústria dos Serviços Educacionais (Education Services Industry) estão associados a multinacionais e investidores de capital de risco com interesses e influências internacionais enormes e diversos – trata-se de empresas de serviços genéricos de gestão ou de companhias construtoras com subsidiárias oferecendo serviços de gestão. Para elas, os serviços de educação não passam de mais uma oportunidade de negócios, sem especificidade particular. Valores (éticos) são apagados ou desconsiderados em favor do uso de métodos padronizados de mensuração e de controle (BALL, 2004, p. 1112).

O autor situa na sua análise acerca da combinação das tecnologias de performatividade com o gerencialismo, a atualização do conceito de “profissionalismo” a partir da produção de novos sentidos na “alta modernidade”, que para este não corresponde ao significado primeiro deste termo. Quando surge o conceito de profissionalismo antes das reformas neoliberais, havia

¹ “[...] desde os anos de 1980 o Banco Mundial vem atuando como importante formulador de recomendações políticas para os países da periferia e como disseminador, junto com o FMI, das políticas de cunho neoliberal” (UGÁ, 2004, p. 57).

uma identificação do profissional, ou seja, do sujeito com a atividade de seu trabalho, guiadas por demandas internas, morais, porque havia algo de pessoal, subjetivo que dava ao profissional mais autonomia sobre seu fazer. Ou seja, o sujeito era capaz de se avaliar e tomar decisões, consideradas por ele “corretas”, com alguma margem para as incertezas, mas a partir de um conhecimento moral.

Ball (2005) rejeita a “atualização” do conceito de “profissionalismo” da atualidade, defendendo que seu uso só faz sentido no contexto de antes da reforma. O que temos é um “pós-profissionalismo”, “reprofissionalismo”, “profissionalismo pós-moderno”, pois as ações são guiadas por demandas externas ao sujeito, como se o modo como o sujeito se define em sua relação com o trabalho não fosse capaz de produzir subjetividades. Essa subjetividade precisa ser separada no trabalho, como uma “higienização”, tornando o sujeito mais capacitado a desempenhar de forma eficiente e eficaz suas atribuições.

Seu desempenho não passará mais por avaliações internas ou de certa forma pessoais e nem baseada em conhecimento moral, mas em normas fixas, julgamentos pré-ordenados externamente. A compra de serviços capitalizados para os setores públicos, ocupando as vagas que deveriam ser provenientes de concursos públicos, em boa medida cumpre com essa prerrogativa.

Para que esses *expertises* higienizados surjam, as engrenagens dos dispositivos de formação são colocadas em ação. Lyotard ao realizar considerações sobre o ensino e sua avaliação pelo desempenho na atualidade, dentro do que ele considera “condição pós-moderna”, afirma que em relação à vertente do saber, existe uma preocupação nas instituições acerca do modo como este é “transmitido”, assim, no âmbito universitário, por exemplo, procura-se respostas que melhor satisfaçam as questões: “quem transmite? O que é transmitido? A quem? Com base em quê? E de que forma? Com que efeito?” (LYOTARD, 2008, p.88). Na atual lógica das avaliações pelo desempenho, as instituições de ensino são alocadas como “sub-sistemas” dentro do “sistema social” a que eles têm que corresponder. Logo, exige-se desses “sub-sistemas” seu melhor desempenho. Responder a essas questões transforma-se em conseguir demonstrar através de sua eficiência e eficácia como ele tem contribuído para manter o “sistema social” em condições de competição com outros, sobretudo à nível internacional:

Por outro lado, o ensino superior, sempre na mesma hipótese geral, deverá continuar a fornecer ao sistema social as competências correspondentes às suas exigências próprias, que são de manter sua coesão interna. Anteriormente, essa tarefa comportava a formação e a difusão de um modelo geral de vida, que legitimava ordinariamente o discurso da emancipação. (LYOTARD, 2008, p.89).

Para o autor, a ideia de emancipação presente nas formações, cujo objetivo era aumentar as potencialidades de uma nação, tornando-a independente de outras, perde seu lugar de legitimação, pois não forma mais ideais e sim competências o que valorizará ou fará sucumbir determinadas profissões: “A transmissão dos saberes não aparece mais como destinada a formar uma elite capaz de guiar a nação em sua emancipação. Ela fornece ao sistema os jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel juntos aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições” (LYOTARD, 2008, p.89).

Lyotard (2008) também vai chamar atenção para os sentidos de profissionalização que atuam dentro dessa lógica do desempenho no ensino superior. Cada vez mais as universidades são impactadas a ordenar suas funções para a entrega de “serviços”. E sua maior atividade é a profissionalização dos jovens como um “serviço” que produzirá quadros de “*intelligentsias*” a fim de ofertar melhores performances ao sistema. Além de produzir novos “quadros”, em que os jovens são os principais alvos, também se debruça sobre a formação continuada, buscando adultos já ativos que precisam melhorar sua “competência” e “promoção” para se manterem em condições de disputa nesse cenário. As formações geram por sua vez um mercado que se autoalimenta.

Esse processo não se dá de forma passiva, pondera. Existem ainda setores de resistência que conflituam com essa intromissão sobre os modos de produção de saberes e seu direcionamento, provocando “desordens” no currículo. No entanto, o princípio do desempenho, em suas palavras, ainda que não consiga controlar e direcionar totalmente as políticas de ensino, estabelecem forte subordinação destas instituições aos poderes constituídos.

Em relação às políticas de currículos das licenciaturas e sobretudo, da formação de pedagogos, vemos operar um conjunto articulado de mecanismos a fim de engendrar os elementos necessários a sustentar os princípios e funções do desempenho. Destacamos a Base Nacional Comum Curricular, publicada no ano de 2017, como importante dispositivo a nortear as capturas dos professores às estratégias políticas performativas.

A partir dele amarram-se além dos currículos voltados para as performances dos estudantes desde a educação infantil ao ensino médio, os currículos dos professores, por meio das novas Resoluções que definem as Diretrizes curriculares para formação, atreladas a uma Base Nacional Comum de formação (2019), tal como vemos no Art. 1, parágrafo único da Resolução do CNE/CP Nº 02 de 2019: “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como

referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.”.

Mesmo que se diga no corpo do documento que esta base é para auxiliar e nortear a ação dos professores a fim de que se garanta “as mesmas oportunidades” de aprendizado em todas as regiões do país, a forma como o documento está estruturado alineando o que deve ser ensinado e como o professor deve ser formado, deixa pouca margem para um atuar mais flexível. Pois, embora argumentem que há a possibilidade de os currículos fazerem as modificações necessárias a fim de atender as demandas e características específicas das culturas e realidades regionais, a avaliação nacional do currículo é igual para todos, ou seja, existe apenas um único parâmetro de avaliação de desempenho, a qual as performances serão medidas.

É nesse sentido, que a profissionalização no ensino superior se tornou estritamente funcional, tendo o conhecimento organizado como “banco de dados” que satisfaça o grupo político que propôs a base e não aos estudantes e aos professores. Assim, o que interessa é: “No contexto da mercantilização do saber [...] isto é vendável? E, no contexto do aumento do poder: isto é eficaz?” (LYOTARD, 2008, p.92-93).

Para responder a essas questões, usaremos como exemplo a estratégia discursiva que se apresenta nos documentos curriculares para a formação de professores por meio das três dimensões consideradas como fundamentais: 1) conhecimento profissional, 2) prática profissional, 3) engajamento profissional. Das três, focaremos na última, para responder às motivações que nos mobilizaram na escrita desse trabalho.

Formação de professores e subjetividades silenciadas

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial dos Professores (2019), estabelece que as competências específicas da dimensão do conhecimento profissional, em resumo consistem em domínio dos objetos de conhecimento e de como ensiná-los. Na segunda dimensão sobre a prática profissional, a exigência recai no saber planejar as ações pedagógicas que resultem em “efetivas aprendizagens”. Portanto, não existe preocupação alguma em esconder nesse documento o que de fato o norteia: a eficiência e a eficácia pragmática. E na terceira dimensão, “engajamento profissional”, destaca-se na primeira seção: “comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional”; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos e “engajar-se, profissionalmente, com as famílias e as comunidades, visando melhorar o ambiente escolar”.

Chamaremos atenção para o “engajamento profissional”, como o baluarte que nesse documento referenda o que Stephen Ball vai designar como “trabalho intenso sobre o eu”, orientador da construção do pós-profissionalismo citado anteriormente. O documento vai nos dando pistas de como a subjetividade de quem está sendo alvo deste lhe é sumamente importante. No Art. 7 que trata da organização curricular destinada à Formação Inicial de Professores, no princípio VI apresenta: **“fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;”**, e mais adiante no princípio XII nos diz: deve-se efetivar o compromisso com **“o projeto de vida”** dos estudantes. Levando em consideração que o documento afirma que esses princípios estão em consonância com a BNCC, supõe-se que o licenciando deve aprender a se autogerenciar (engajamento sobre si próprio) e gerenciar o outro, o estudante do futuro, que será seu aluno, mas não é um gerenciamento qualquer, é sobre sua subjetividade, na elaboração de “projetos de vida”.

O que se sobressai nesses destaques é que a responsabilidade por seu desempenho é de caráter individual, engajar-se irá levá-lo a elaboração de “princípios, crenças sobre suas condutas”, mas não a uma análise de implicação sobre si mesmo e com o outro, por meio de uma estética da existência como diria Foucault (1983, p.198):

As "artes da existência" devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo.

Ou seja, para os produtores do documento em análise, esse debruçar-se sobre si tem como objetivo apenas atender aos critérios de uma auditoria: “A prática da sala de aula cada vez mais é “remodelada” para responder às novas demandas externas. Os professores são “pensados” e caracterizados de novas maneiras; cada vez mais são “pensados” como técnicos em pedagogia.” (BALL, 2005, p.548).

Desse modo, afirmamos que os documentos servem de instrumentos, aparatos normativos, com função estratégica específica dentro do mecanismo de biopoder² da atualidade: instituir dentre as artes de governar, no campo da educação os aparatos neoliberais.

²Em livros como o Vigar e punir (2008) e História da Sexualidade I (2007) Michel Foucault delimita as manifestações do poder em suas diferentes ocorrências. Argumenta haver uma forma de poder mais voltada para o controle dos corpos individuais, a anatomopolítica, tendo sua manifestação mais incisiva principalmente por meio de instituições disciplinares, tais como: as escolas, os mosteiros, os exércitos, os hospitais, etc.; cujo destaque se deu nos séculos XVII e XVIII, depois, mas não substituindo essa forma de poder, teremos a biopolítica, que seria um investimento do poder sobre a população, sobre os corpos coletivos, também conhecido como “poder regulador”. A articulação entre essas duas formas de poder Foucault denomina de Biopoder.

E sua incidência ganha força na produção de subjetividades performativas, operadas pelas noções de “competências”, “habilidades”, “flexibilidade”, “formação para o mercado de trabalho”.

O investimento neoliberal-capitalista nos currículos estabelece como meta a objetivação e a subjetivação de sujeitos “eficientes”, “competentes”, “empresários de si mesmo” que encontrarão pontos de ancoragem na dinâmica econômica do sistema social forjado por um conjunto de práticas diversas com esse propósito. Tornam-se indivíduos úteis e dóceis, ou seja, a rubrica sobre o “engajamento profissional”, solicita e impõe a esse sujeito que tenha “utilidade” no mercado de trabalho, “conquistada” através do investimento em si mesmo, o que lhe deixará bastante ocupado, minando as forças de resistência aos aparatos de poder.

Partimos do pressuposto de que são os discursos medicalizantes que operam na sociedade e na educação interlocutores potentes na organização dessas performatividades. Em especial na Resolução do CNE/02 (2019) a prática pedagógica deve ser sustentada por “metodologias inovadoras” e a “capacidade de resolução de problemas”. Novamente a referência de termos oriundos da dinâmica empresarial neoliberal-capitalista da condição “pós-moderna” e sugere que o sujeito seja apto, por meio de um desempenho ótimo a solucionar os problemas que serão objeto de estudo na educação delineada pela BNCC. Quando o documento cita que o profissional deva se comprometer com a comunidade, o deve fazer de forma “profissional”, ou seja, suas pessoalidades, ou qualquer vínculo desse sujeito com a comunidade deve ser afastado, sob o risco de causar interferências na análise dos problemas e de como solucioná-los, como ressaltado por Mascarenhas e Franco (2021, p. 1019):

Desse modo, processo formativo inicial nos cursos de licenciatura mediante a nova orientação invisibiliza a educação enquanto dimensão histórico-crítica e social, invertendo a lógica formativa do professor para atender às competências estabelecidas pela BNCC da educação básica e não mais pautada no compromisso com o projeto social, político e ético, conforme preconizava a Resolução 02/2015.

Por medicalização seguimos o entendimento de que esta se constitui enquanto uma racionalidade determinista, gerando acontecimentos que capturam a vida, regulando-a por meio de dispositivos e estratégias de poder em diferentes esferas da sociedade, tendo sua origem a partir de discursos oriundos de saberes médicos, biológicos ou psicológicos, tal como preconiza o Fórum sobre a Medicalização da Vida e da Sociedade (2015).

Esses acontecimentos, por sua vez negam ou silenciam as análises críticas acerca dos elementos que constituem os problemas enfrentados pela sociedade e pela educação, sobretudo os de cunho político e econômico, individualizam as questões, jogando sobre o sujeito a

responsabilidade por sua “inadaptação” às normas instituídas. Uma das consequências desse processo é o silenciamento dos sujeitos. Esse silenciamento tanto pode se dar por meio da negação do “desajuste” do sujeito às normas, o que pode lhe causar sofrimentos psíquicos, ou o próprio sofrimento é elevado a *status* de distúrbios ou transtornos, a fim de que a causa continue sendo demarcada no sujeito e não nas condições nas quais ele se encontra.

À exemplo, Lemos e Gomes (2013) discorrem a respeito da desautorização da fala e dos atos docentes de mulheres tanto nas escolas quanto nos ambientes universitários. Enfatizam a qualificação/desqualificação destas, ao terem suas vozes negadas ou na transformação de suas expressões em psicopatologias: “[...] é uma tentativa de fragilizá-las, pressioná-las, silenciá-las, desestabilizá-las de maneira a deixá-las à margem das decisões importantes na gestão, no âmbito do trabalho, ou ainda desqualificarem-nas no exercício profissional.” (LEMOS; GOMES, 2013, p.04).

O gênero como um demarcador importante nesse processo de silenciamento da resistência, por meio do controle das performatividades é algo que sutilmente Ball (2005, p.555) reporta em nota de rodapé ao citar Dillaboug (1999, p. 391): “A nova identidade pós-profissional dos professores é “tanto uma forma de agência humana estreitamente conectada à masculinidade” (p.391), quanto “um certo tipo de racionalidade que privilegia as teorias masculinas sobre a comunidade politicamente organizada”.

Logo, o que está na superfície desses discursos que encontramos nos documentos curriculares para a formação dos professores da Educação Básica?

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes. (BNC-Formação, competência 08).

Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, [...]. (BNC-Formação, competência 10).

Asseveremos, concernente a tudo o que discutimos até o momento, que não é garantir a saúde mental dos egressos e sensibilizá-los para a promoção desta em suas práticas pedagógicas. Tomando de empréstimo da psicologia o termo “resiliência”, o documento esvazia as possibilidades dos sujeitos de pensarem-se enquanto sujeitos históricos, que se subjetivam em momentos concretos a partir de realidades sociais e políticas.

Estamos diante de novas vulnerabilidades sociais, um “mal-estar” próprio de nosso tempo, com suas mazelas que afetam os modos como nos constituímos. De forma panorâmica as pessoas têm se cobrado mais nos diferentes espaços, criando para si e para, sobretudo o outro, narrativas e imagens de si que represente os *status* sociais difundidos de felicidade, beleza,

sucesso, perfeição. Nesse contexto, a escola assumi por sua vez a responsabilidade de eliminar o sofrimento psíquico, acrescentando na Base Nacional Comum Curricular as “competências socioemocionais”.

No entanto, essa “eliminação” incorpora um caráter político: silenciar as resistências. Cuidar para que na escola se resolva de forma “inovadora” e “criativa” os problemas que vierem a surgir, é criar uma “miríade” onde a felicidade deve ser o foco principal nos ambientes educacionais, a ser perseguido pelos sujeitos ao aceitarem que esta felicidade será encontrada quando sua imagem refletir o desempenho desejado: “A performatividade desempenha um papel crucial nesse conjunto de políticas. Ela funciona de diversas maneiras para “atar as coisas” e reelaborá-las. Ela facilita o papel de monitoramento do Estado, “que governa a distância” – “governando sem governo”. Ela permite que o Estado se insira profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, sem parecer fazê-lo. (BALL, 2004, p.1116).

Conclusão

O presente ensaio teve como objetivo colaborar com as discussões atuais acerca das produções curriculares que estão em circulação no Brasil e que competem à formação dos professores, sobretudo, na pedagogia. Trouxemos como disparador de análise o termo “resiliência” que é demarcado na Resolução do CNE/CP N.02 e na BNC-Formação (2019) como um atributo a ser conquistado pelos professores em formação, a fim de torná-los, segundo os documentos sujeitos “criativos” e “inovadores”.

Na análise que desenvolvemos, a “resiliência” opera como um mecanismo dentro da política de performatividade elaborada como estratégias de governamentalidade no biopoder que regem os documentos formativos. O campo educacional tem sido, portanto, alvo de intenso investimento do eu, tal como apontamos por meio de Stephen Ball e Lyotard, utilizados para contextualizar as incidências neoliberais-capitalistas no cenário educacional.

Noções como “eficiência”, “competência”, “flexibilidade”, “engajamento profissional”, “projeto de vida” somam-se ao de “resiliência” a fim de transformar os corpos individuais e coletivos em corpos úteis e dóceis, que não possam representar para as estruturas, aparatos e muito menos os grupos de poder, que gerenciam os currículos, a capacidade de resistência desses sujeitos. Nas tensões entre as forças diversas que compõem o cenário educacional no Brasil, precisamos estar atentos aos discursos materializados nas produções curriculares e

questionar essa suposta preocupação com as necessidades socioemocionais, e o que de fato elas querem silenciar.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Performatividade, privatização, e o Pós-Estado do Bem Estar. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União (DOU nº 247, 23.12.2019, Seção 1, p.115).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base. Brasília: MEC; SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 13 ago. 2020.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos. Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <http://seminario4.medicalizacao.org.br/carta-do-iv-seminario-internacional-a-educacao-medicalizada-desver-o-mundo-perturbar-ossentidos/>. Acesso em 15 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In: Manoel Barros da Mota (Org.). **Estratégia, poder, saber**. Trad.: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Coleção Ditos e Escritos V), 1983.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad.: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad.: Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEMONS, Flávia; GOMES; Geise. Quando a resistência docente se torna medicalizada e classificada como psicopatologia. **Revista do Dífere** - ISSN 2179 6505, v. 3, n.5, jun/2013.

LYOTARD, Jean-François. **A condição Pós-Moderna**. Ricardo Correa Barbosa (Trad.). 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MASCARENHAS, Aline; FRANCO, Maria Amélia. O esvaziamento da didática e da pedagogia na (nova) BNC de formação inicial de professor da educação básica. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1014-1035, jul./set. 2021.



FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A ciência como fronteira para a resistência democrática.

08 a 10 de novembro/2021.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004.

AINPGP

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DE PESQUISA NA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA